MULHERES DA TERRA: GÊNERO, TRABALHO E PROTAGONISMO FEMININO NA AGRICULTURA LATINO-AMERICANA

WOMEN OF THE LAND: GENDER, WORK AND FEMALE PROTAGONISM IN LATIN AMERICAN AGRICULTURE

Lucas Lenin Resende de Assis*
lucas.lenin.rdassis@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa a invisibilização histórica e a resistência das mulheres rurais na América Latina e no Brasil, destacando seu protagonismo em práticas agroecológicas e redes de economia solidária. Explora como o apagamento institucional e epistemológico do trabalho feminino no campo é resultado de estruturas coloniais, patriarcais e capitalistas, que impõem uma divisão sexual do trabalho e limitam o reconhecimento formal de suas contribuições. Ao mesmo tempo, evidencia as estratégias concretas de resistência por meio da proteção das sementes crioulas, da promoção da autonomia econômica e da organização coletiva em cooperativas e feiras agroecológicas. O texto ressalta a agroecologia como um projeto político, ético e feminista que questiona as desigualdades de gênero e promove uma nova relação com a terra e com os corpos. Conclui-se que reconhecer e valorizar o papel das mulheres rurais é essencial para a construção de territórios sustentáveis, socialmente justos e para a reparação histórica de suas lutas e saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres rurais; Agroecologia; Economia solidária; Resistência; Invisibilização histórica.

ABSTRACT: This article analyzes the historical invisibilization and resistance of rural women in Latin America and Brazil, highlighting their protagonism in agroecological practices and solidarity economy networks. It explores how the institutional and epistemological erasure of women's work in rural areas results from colonial, patriarchal, and capitalist structures that enforce a sexual division of labor and limit formal recognition of their contributions. Simultaneously, it evidences concrete resistance strategies through seed saving, economic autonomy promotion, and collective organization in cooperatives and agroecological fairs. The text emphasizes agroecology as a political, ethical, and feminist project that challenges gender inequalities and promotes a new relationship with the land and bodies. It concludes that recognizing and valuing rural women's roles is essential for building sustainable, socially just territories and for the historical reparation of their struggles and knowledge.

KEYWORDS: Rural women; Agroecology; Solidarity economy; Resistance; Historical invisibilization.

Introdução

A história da agricultura na América Latina tem sido, historicamente, contada a partir de uma perspectiva que privilegia os grandes projetos produtivistas, a figura masculina e a lógica capitalista do agronegócio. Nesse cenário, o papel das mulheres do campo foi sistematicamente invisibilizado, reduzido a funções secundárias ou vinculadas apenas à esfera doméstica. Tal apagamento não é mero descuido historiográfico, mas sim expressão de uma

* Doutor em Ciência do Solo e engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Pós doutorando em Melhoramento Genético pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Mandioca e Fruticultura), Cruz das Almas, Bahia, Brasil.

Recebido em 26 de julho de 2025
Aprovado em 10 de setembro de 2025

estrutura patriarcal e colonial que atravessa o espaço rural e seus processos sociopolíticos (Alves Junior, 2021).

Entretanto, nas entrelinhas da história oficial, as mulheres rurais sempre desempenharam papéis centrais na reprodução da vida, na proteção dos bens comuns e na luta por soberania alimentar. Elas são guardiãs de sementes crioulas, defensoras da biodiversidade e articuladoras de redes de economia solidária que desafiam os modelos hegemônicos de produção e consumo (Taborda, 2023). A proposta do Feminismo Camponês Popular, por exemplo, tem sido fundamental para visibilizar e politizar a experiência das mulheres na agricultura, resgatando saberes ancestrais e enfrentando as múltiplas formas de violência e expropriação que recaem sobre seus corpos e territórios (Almeida, 2024; Taborda, 2023).

A exclusão histórica das mulheres rurais das narrativas sobre o desenvolvimento agrário na América Latina revela não apenas um viés de gênero estrutural, mas também um processo de silenciamento político que impede o reconhecimento de suas práticas, saberes e formas de organização social. Apesar de serem responsáveis por uma parte significativa da produção de alimentos, do manejo agroecológico e da conservação de sementes tradicionais, essas mulheres seguem enfrentando invisibilidade institucional, acesso desigual a políticas públicas e múltiplas formas de violência (Taborda, 2023).

No Brasil e em outros países latino-americanos, movimentos como a Marcha das Margaridas, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e organizações ligadas à Via Campesina têm denunciado esse apagamento e reivindicado um novo paradigma de desenvolvimento rural, ancorado na justiça de gênero e na valorização da economia do cuidado (Silva *et al.*, 2024; Teixeira, 2021). Ao mesmo tempo, práticas como o intercâmbio de sementes crioulas, o cultivo de hortas comunitárias e a atuação em feiras de base agroecológica demonstram o protagonismo feminino na construção de alternativas ao agronegócio e às dinâmicas extrativistas (Almeida, 2024; Taborda, 2023).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o protagonismo das mulheres na agricultura latino-americana contemporânea, com foco em suas estratégias de resistência, organização e autonomia. Propõe-se compreender como essas mulheres, por meio de suas práticas cotidianas e articulações coletivas, contribuem para a construção de

alternativas sustentáveis e emancipadoras no campo, enfrentando tanto o patriarcado quanto as violências estruturais impostas pela modernização excludente da agricultura.

Fundamentação Teórica

A construção do campo como espaço masculino, produtivo e racional — em contraposição ao espaço feminino, doméstico e reprodutivo — é fruto de um longo processo de naturalização das desigualdades de gênero nas sociedades rurais latino-americanas. Essa dicotomia, reproduzida por políticas agrárias, instituições de pesquisa e até por certos discursos da economia solidária, contribuiu para marginalizar o trabalho das mulheres, relegando-o ao plano da informalidade e da invisibilidade (Chaves, 2025; Sobreira & Cordão, 2025).

No entanto, os estudos feministas rurais e o feminismo camponês-popular têm desafiado essas construções binárias, evidenciando que o trabalho das mulheres é central tanto na produção agrícola quanto na reprodução social dos territórios (Gusmán, 2019). Segundo o conceito de economia do cuidado, cunhado por economistas feministas como Amaia Pérez Orozco (2014), o trabalho de cuidado — historicamente atribuído às mulheres — é invisível, mas essencial para a sustentação da vida e das comunidades. Isso se aplica diretamente às mulheres do campo, que, além de plantar e colher, garantem a alimentação familiar, a gestão dos quintais, a preservação das sementes e o cuidado com os idosos, crianças e doentes (Almeida, 2024).

As práticas de cultivo agroecológico, especialmente aquelas que envolvem o resgate de sementes crioulas e a produção em base comunitária, têm se mostrado espaços privilegiados de reconfiguração dos papéis de gênero e de construção de autonomia feminina. Mulheres agricultoras, organizadas em cooperativas, grupos de economia solidária e redes agroecológicas, vêm ocupando lugares estratégicos nas cadeias curtas de comercialização, nos fóruns de formulação de políticas públicas e nas articulações internacionais por soberania alimentar (Almeida, 2024; Taborda, 2023).

Essa atuação política das mulheres camponesas e indígenas, especialmente no contexto latino-americano, tem sido amplamente teorizada por movimentos como a Via Campesina, que introduziu o conceito de feminismo camponês e popular. Esse feminismo é

profundamente enraizado nas práticas concretas do campo (Sobreira & Cordão, 2025) e dialoga diretamente com questões centrais como a luta de classes, o antirracismo e a luta pela terra. Ele rejeita tanto o patriarcado agrário quanto as lógicas excludentes e violentas do agronegócio, denunciando o caráter explorador dessas estruturas, que perpetuam desigualdades históricas e sociais.

Nesse sentido, as reflexões de Adriana Guzmán (2019) sobre a necessidade de descolonizar a memória e os feminismos são fundamentais. Guzmán destaca que os feminismos hegemônicos tendem a reproduzir visões eurocêntricas e colonialistas que invisibilizam as experiências específicas das mulheres indígenas, afrodescendentes e camponesas da América Latina. Assim, a descolonialidade proposta por ela não é apenas teórica, mas uma prática política que reivindica a memória e o protagonismo dessas mulheres em suas próprias lutas.

Essa perspectiva descolonial dialoga diretamente com as vozes das mulheres indígenas do sul, conforme apresentado por Bidaseca e Laba (2011), que enfatizam a importância de reconhecer e valorizar os feminismos locais que emergem a partir das epistemologias indígenas, muitas vezes marginalizadas pelas correntes feministas ocidentais (Santos *et al.*, 2025). Eles reforçam que o feminismo latino-americano deve romper com as estruturas coloniais que permeiam as relações de gênero, raça e classe.

No campo das teorias de gênero, Judith Butler (1999) desempenha um papel fundamental ao problematizar a ideia de que as identidades de gênero são categorias naturais e estáveis. Ao afirmar que o gênero é uma performance — ou seja, um conjunto de atos, gestos e discursos reiterados no tempo, social e culturalmente codificados — Butler rompe com as noções essencialistas que atribuem à mulher um papel fixo ou biologicamente determinado. Essa concepção permite compreender que os papéis de gênero, inclusive no contexto rural, não são dados, mas construídos, impostos e, sobretudo, passíveis de subversão.

Ao trazer essa perspectiva para o debate sobre as mulheres do campo, torna-se evidente uma lacuna persistente: a invisibilização histórica das mulheres camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas, frequentemente apagadas tanto das narrativas agrárias quanto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Como mostram pesquisas feministas latino-americanas (Siliprandi, 2015; Carrasco, 2001), essa invisibilidade

não é apenas simbólica, mas material: ela se traduz na subvalorização do trabalho agrícola realizado pelas mulheres, na exclusão de seus nomes dos contratos de terra e financiamento, na ausência em espaços de tomada de decisão e na negação sistemática de seus saberes.

A teoria da performatividade de Butler, ao desnaturalizar o gênero, oferece uma chave potente para compreender como as mulheres do campo resistem e (re)constroem suas identidades em contextos de opressão múltipla — de classe, de raça e de território. Suas práticas cotidianas, sua atuação em movimentos sociais (Teixeira, 2021), e sua centralidade em processos agroecológicos, revelam performances políticas que não apenas desafiam o patriarcado rural, mas também o epistemicídio promovido por uma ciência agronômica historicamente masculina e colonial.

Nesse sentido, a desconstrução da identidade de gênero proposta por Butler não deve ser entendida apenas como uma ferramenta teórica, mas como uma estratégia de enfrentamento político e epistemológico frente à marginalização das mulheres do campo. Ela amplia a possibilidade de visibilizar e legitimar outras formas de subjetividade e protagonismo, que emergem nos territórios como resistências vivas e concretas, desafiando tanto o agronegócio quanto o machismo estrutural presente nas estruturas agrárias e nas próprias instituições de ensino e pesquisa.

A crítica aos fundamentos eurocêntricos das teorias feministas ganha aprofundamento nas contribuições de Oyèrónké Oyěwùmí (2020), que propõe uma ruptura radical com os referenciais ocidentais sobre gênero. A autora parte da experiência e da cosmologia iorubá para demonstrar que as categorias de "homem" e "mulher", tal como concebidas no Ocidente moderno, não são universais, tampouco centrais para todas as formas de organização social. Em suas palavras, o gênero é uma invenção colonial imposta como tecnologia de dominação, muitas vezes alheia às formas locais de organização simbólica e política. Ao analisar como o colonialismo reconfigurou o corpo, o saber e a identidade a partir de um paradigma hierarquizante e binário, Oyěwùmí desmonta a premissa de que o feminismo possa ser exportado como modelo homogêneo, válido em todas as realidades.

Essa crítica é de suma importância para repensarmos o lugar das mulheres no campo, especialmente em contextos latino-americanos e afro-diaspóricos. Ao impor um modelo feminista ocidental, frequentemente urbano, branco e liberal, corre-se o risco de obscurecer formas específicas de protagonismo feminino que não se enquadram nos padrões

convencionais de militância ou representação institucional (Lisboa Pacheco, 2024). As agricultoras, parteiras, benzedeiras, mestras de sementes e guardiãs da biodiversidade expressam outras racionalidades e outras formas de agência, que não podem ser capturadas pelos marcos da modernidade ocidental.

Nesse sentido, o pensamento de Oyěwùmí convoca o campo da Agronomia e das Ciências Sociais Rurais a abandonar o universalismo epistemológico e a reconhecer a pluralidade de existências e saberes que resistem nos territórios camponeses. Isso implica adotar um feminismo decolonial enraizado nas experiências concretas das mulheres do campo, que considere suas relações com a terra, com os ciclos da natureza, com a ancestralidade e com as práticas coletivas de cuidado e reprodução da vida. Trata-se, portanto, não apenas de incluir as mulheres nos debates agrários, mas de transformar profundamente os referenciais teóricos e metodológicos a partir dos quais esses debates são conduzidos.

Esse deslocamento exige da universidade — e, em particular, dos cursos de Agronomia e dos projetos de extensão rural — a abertura para práticas pedagógicas que valorizem a oralidade, a circularidade do tempo, a espiritualidade e a sabedoria prática das mulheres rurais. É nesse horizonte que se inscrevem as práticas feministas decoloniais, sustentadas não em categorias impostas, mas no reconhecimento da diversidade ontológica e epistêmica dos povos do Sul Global.

Dessa forma, a construção de um feminismo latino-americano e descolonial deve necessariamente incorporar essas múltiplas dimensões — memória, luta material, epistemologias diversas e subversão das categorias rígidas de identidade — para enfrentar as violências históricas do patriarcado, do racismo e do colonialismo que atravessam as realidades rurais e urbanas (Sobreira & Cordão, 2025). Assim, a valorização do protagonismo das mulheres rurais exige mais do que reconhecimento simbólico — requer o desmonte de estruturas de opressão baseadas em gênero, classe, raça e território, e a construção de um novo projeto civilizatório, centrado na vida e não no lucro.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e analítico, orientada por uma perspectiva feminista decolonial e camponesa. Tal perspectiva compreende que os saberes das mulheres do campo não são apenas objeto de estudo, mas fundamentos epistemológicos válidos e legítimos para a produção de conhecimento (Sant Ana & Lemos, 2018; Santos *et al.*, 2024). A metodologia privilegia o diálogo com autoras e movimentos que problematizam a subalternização das mulheres rurais e destacam seus modos próprios de existência, resistência e produção.

A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica e documental de caráter crítico, a partir de fontes acadêmicas, relatos de movimentos sociais e publicações militantes voltadas à agroecologia, economia solidária e feminismo camponês. Foram analisadas obras que tratam da participação feminina na agricultura familiar, na proteção de sementes crioulas, nas práticas agroecológicas e nas economias alternativas, especialmente aquelas protagonizadas por mulheres latino-americanas (Almeida, 2024; Tavares *et al.*, 2021).

Além disso, a análise se apoia em documentos de organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres, que oferecem relatos, dados e reflexões sobre o papel das mulheres nas lutas por soberania alimentar, justiça climática e direitos territoriais. A metodologia está, portanto, ancorada em um compromisso político e ético de valorização das vozes das mulheres camponesas e de seus saberes situados (Matheus & Souza-Esquerdo, 2024).

A seleção do material bibliográfico seguiu os critérios de relevância temática, diversidade regional e abordagem crítica de gênero, permitindo traçar um panorama das estratégias coletivas e individuais de resistência feminina no campo latino-americano.

Resultados e Discussão

Invisibilização Histórica e Resistência Cotidiana

As mulheres camponesas latino-americanas têm sido sistematicamente excluídas dos registros oficiais e das narrativas historiográficas sobre o campo, como se o espaço rural fosse exclusivamente masculino ou tecnicamente operado por sujeitos neutros. Esse apagamento não é fruto de desatenção, mas resultado direto de uma lógica colonial, patriarcal e capitalista, que historicamente rebaixou o trabalho feminino à condição de “ajuda” — termo que, nas

estatísticas e políticas públicas, retira o caráter produtivo e estratégico de suas ações (Santos *et al.*, 2025). Essa lógica impõe uma divisão sexual do trabalho em que o homem é visto como produtor, e a mulher como cuidadora, mesmo quando ambas as atividades envolvem o manejo direto da terra, dos animais e das. Sementes.

No Brasil, essa invisibilização foi institucionalizada até a Constituição de 1988 (Brasil, 1988), que pela primeira vez reconheceu as mulheres rurais como sujeitas de direitos. Até então, muitas camponesas sequer tinham direito à aposentadoria, acesso a crédito rural ou a titularidade da terra, pois seus nomes não constavam nos cadastros das propriedades ou nos contratos de produção. Como bem analisa Tavares *et al.* (2021), mesmo após esse reconhecimento formal, persiste uma subnotificação do trabalho feminino nas zonas rurais, especialmente em arranjos produtivos familiares, agroecológicos e voltados à subsistência ou ao consumo local — atividades que não entram no PIB, mas sustentam comunidades inteiras.

Um exemplo disso são as agricultoras do semiárido nordestino, que há décadas praticam a policultura, manejam sistemas agroflorestais e mantêm quintais produtivos com hortaliças, ervas medicinais, pequenas criações e sistemas de reutilização de água. Essas práticas, altamente sofisticadas e resilientes, continuam sendo desconsideradas nas estatísticas agrárias oficiais. Outro caso emblemático é o das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Sobreira, 2022), que têm denunciado como os censos agropecuários subdimensionam sua atuação ao privilegiar grandes propriedades, cadeias de exportação e modelos empresariais — ignorando, por exemplo, a produção de alimentos para autoconsumo, os cuidados com as sementes crioulas ou a participação feminina nas feiras livres.

Assim, o reconhecimento do protagonismo feminino no campo passa necessariamente por uma revisão crítica dos critérios de validação do trabalho agrícola. Enquanto o sistema continuar privilegiando apenas aquilo que é quantificável e mercantilizável, grande parte do que as mulheres produzem — material e imaterialmente — continuará sendo invisível. Reescrever essa história, portanto, não é apenas uma tarefa acadêmica, mas uma ação política de justiça e reparação.

Apesar do silenciamento sistemático, as mulheres rurais latino-americanas resistem diariamente por meio de práticas concretas que articulam memória, cuidado, produção e mobilização coletiva (Matheus & Souza-Esquerdo, 2024; Sobreira & Cordão, 2025). Essa

resistência não se dá apenas em grandes mobilizações ou espaços formais de luta, mas no cotidiano: ao manter vivos os saberes ancestrais sobre sementes crioulas, ao gerir sistemas de cultivo diversificados, ao organizar redes de trocas e ao sustentar a vida nos territórios — mesmo sob condições adversas impostas pelo agronegócio, pela violência de gênero e pela negligência estatal.

A transmissão intergeracional de conhecimentos agrícolas, por exemplo, é um dos principais pilares dessa resistência (Assis *et al.*, 2025). Em comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos da reforma agrária, mulheres mais velhas ensinam às mais jovens como identificar o tempo certo de plantar, como manejar os ciclos da lua, como conservar sementes e como preparar remédios naturais. Esse saber, muitas vezes oral e coletivo, é essencial para a soberania alimentar e para a resiliência climática dos sistemas produtivos, como ressaltam Barbosa *et al.* (2024). No entanto, raramente é reconhecido como tecnologia ou inovação — o que revela o viés epistêmico que marginaliza o conhecimento não acadêmico, sobretudo quando produzido por mulheres negras, indígenas e camponesas.

Além disso, elas protagonizam formas organizativas potentes, como cooperativas de mulheres, bancos de sementes comunitários, grupos de economia solidária e feiras agroecológicas. Essas estruturas, embora invisibilizadas nas macroestatísticas, têm impactos concretos na geração de renda, na autonomia econômica e na reconstrução de laços comunitários. Exemplos como o da Rede de Mulheres Agroecológicas do Vale do Ribeira (SP), COOPFAM, através do através do MOBI – Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (MG) ou da Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Borborema (PB) mostram como essas iniciativas desafiam tanto a lógica da competitividade capitalista quanto a divisão sexual do trabalho (Cornils, 2025; Iwasawa, 2024; Pio, 2020; Santos *et al.*, 2025).

Como aponta Almeida (2024), essas práticas não são apenas estratégias de sobrevivência: são formas de insurgência cotidiana. Ao cuidar dos bens comuns — como as sementes, a água, a terra e os territórios — e ao assumir posições de liderança política em conselhos, sindicatos e movimentos sociais, essas mulheres reconstroem o campo como espaço de dignidade e resistência. Suas ações tensionam a ordem dominante ao propor outras formas de existência, pautadas em reciprocidade, justiça social e sustentabilidade. Reconhecer essa resistência é essencial para construir políticas públicas que realmente dialoguem com os modos de vida no campo e não apenas os regulem de cima para baixo.

Guardiãs das Sementes e do Conhecimento Tradicional

Uma das expressões mais simbólicas e transformadoras do protagonismo feminino no campo latino-americano é a proteção das sementes crioulas. Essa prática, longe de ser apenas uma atividade técnica ou agronômica, envolve um conjunto complexo de saberes, afetos, espiritualidade e política (Chaves, 2025). Em inúmeras comunidades rurais, são as mulheres que, geração após geração, selecionam as melhores sementes, fazem os testes de adaptação ao solo e ao clima locais, armazenam de forma segura, organizam bancos comunitários e coordenam feiras de troca. Trata-se de um saber transmitido oralmente, através de práticas e rituais que respeitam os ciclos da natureza e reconhecem a semente como portadora de vida, cultura e ancestralidade (Santos *et al.*, 2025).

Esse protagonismo se torna ainda mais relevante diante da ofensiva do agronegócio sobre os bens comuns, marcada pela expansão de monocultivos transgênicos e pela criminalização da produção autônoma de sementes. Em países como Brasil, Paraguai e Colômbia, a legislação sobre propriedade intelectual e o *lobby* de grandes empresas de biotecnologia têm pressionado para restringir o uso de sementes não certificadas, ameaçando diretamente os modos de vida tradicionais. Nesse contexto, a prática das mulheres de guardar e multiplicar sementes crioulas torna-se um ato político de resistência contra a padronização genética e a mercantilização da agricultura (Barbosa *et al.*, 2024).

Exemplos concretos dessa atuação podem ser vistos em iniciativas como os “Guardiões e Guardiãs da Agrobiodiversidade”, promovida por movimentos agroecológicos em estados como a Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Nesses espaços, as mulheres lideram processos de mapeamento, conservação e multiplicação de variedades locais, muitas das quais seriam perdidas não fosse sua ação cuidadosa e sistemática. Elas organizam oficinas, publicações e até intercâmbios com outras comunidades latino-americanas, como no caso da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fortalecendo redes de solidariedade e trocas entre territórios distintos.

Além da dimensão técnica, há também um profundo componente simbólico e espiritual. Em muitas comunidades andinas e amazônicas, por exemplo, as sementes são tratadas como “filhas” ou “ancestrais”, com quem se dialoga e a quem se dedica cerimônias

específicas durante o plantio e a colheita (Almeida, 2024). Esse entendimento rompe com a racionalidade instrumental dominante e reposiciona a mulher agricultora como sujeito ético e epistemológico no cuidado com a vida. Proteger as sementes, nesse sentido, não é apenas uma prática agrícola, mas um gesto de continuidade histórica, de autonomia comunitária e de enfrentamento aos processos de expropriação.

Segundo Taborda (2023), a semente, para as mulheres camponesas, não é apenas um insumo agrícola, mas um símbolo de continuidade, cuidado e rebeldia — três dimensões que se entrelaçam na defesa dos territórios e da vida. Quando mulheres organizam casas de sementes, não estão apenas garantindo o acesso comunitário a materiais genéticos diversos e adaptados aos seus agroecossistemas. Estão, sobretudo, reivindicando o direito à memória, à autonomia produtiva e à transmissão de um modo de vida que resiste ao apagamento.

Esses espaços — conhecidos em diferentes regiões como bancos de sementes, casas de sementes ou guardiãs de sementes — assumem múltiplas funções sociais, políticas e educativas. Em assentamentos da reforma agrária no Brasil, como os da Via Campesina, ou em territórios indígenas no Equador e na Bolívia, as casas de sementes organizadas por mulheres promovem oficinas de formação sobre soberania alimentar, práticas agroecológicas e direitos territoriais, além de articularem campanhas contra o uso de sementes transgênicas e a biopirataria. Ao atuarem nesse campo, elas se tornam educadoras populares e líderes políticas, mesmo que muitas vezes não sejam reconhecidas formalmente como tal (Santos *et al.*, 2025).

É também nesses espaços que se recupera e se revaloriza o conhecimento ancestral. Cada variedade armazenada carrega consigo uma história de adaptação ao clima, às pragas, aos gostos locais e aos modos de preparo tradicionais dos alimentos. Como argumenta Barbosa *et al.* (2024), preservar sementes crioulas é também preservar receitas, festas, cosmovisões e formas de relação com a natureza que desafiam o modelo agroalimentar dominante. Nesse sentido, as casas de sementes tornam-se verdadeiros territórios pedagógicos e políticos, onde se cultiva não apenas o alimento, mas também a dignidade e a resistência.

O avanço do agronegócio e das políticas de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos impõe desafios enormes a essa prática. A criminalização da produção e troca de sementes não certificadas, impulsionada por interesses corporativos, transforma um ato

ancestral de cuidado em uma “ameaça” à ordem mercantil. Mas é justamente nesse embate que a atuação das mulheres ganha centralidade: ao recusarem a lógica do patenteamento e afirmarem o caráter comunitário das sementes, elas constroem, cotidianamente, os alicerces de sistemas alimentares mais justos, resilientes e enraizados nas realidades locais (Tavares *et al.*, 2021).

Economia Solidária e Agroecologia como Caminhos de Emancipação

A inserção das mulheres rurais em redes de economia solidária configura-se como uma estratégia efetiva de emancipação econômica e social, que transcende a mera participação produtiva para englobar processos de autonomia e fortalecimento coletivo. Conforme destacado por Almeida (2024), essas mulheres protagonizam experiências que ressignificam a relação com a terra e o trabalho, promovendo práticas agroecológicas que dialogam com princípios de sustentabilidade e justiça social. As feiras agroecológicas, cooperativas de produção, bancos comunitários e outras formas de comercialização direta representam espaços de resistência ao domínio hegemônico do agronegócio, criando alternativas pautadas na reciprocidade, solidariedade e autogestão (Matheus & Souza-Esquerdo, 2024; Tavares *et al.*, 2021).

Além disso, Trentini (2021), Santos *et al*. (2024) ressaltam que o protagonismo feminino nessas redes não só promove a redistribuição do poder econômico no meio rural, mas também fortalece laços comunitários e amplia a capacidade de organização política das mulheres. Essa dinâmica implica uma ruptura significativa com modelos tradicionais de exploração e exclusão, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis e socialmente justos. Dessa forma, as redes de economia solidária lideradas por mulheres rurais se apresentam como um importante vetor para a transformação das estruturas sociais e produtivas no campo, refletindo uma convergência entre agroecologia, feminismo e democracia econômica (Chaves, 2025).

Essas práticas não apenas geram renda e autonomia, mas promovem transformações nos papéis de gênero dentro das comunidades, fortalecem vínculos sociais e contribuem para a justiça ambiental. A agroecologia, nesse contexto, é compreendida não só como um conjunto de práticas produtivas, mas como um projeto político, ético e feminista que

questiona a divisão sexual do trabalho e propõe uma nova relação com a terra e com os corpos (Santos *et al*., 2025).

Essas práticas transcendem a simples geração de renda e autonomia, promovendo transformações profundas nos papéis de gênero tradicionalmente estabelecidos nas comunidades rurais. Conforme evidenciam Santos *et al*. (2025), a agroecologia deve ser entendida não apenas como um conjunto de técnicas produtivas, mas como um projeto político e ético que incorpora uma perspectiva feminista crítica. Esse projeto questiona radicalmente a divisão sexual do trabalho e os modos convencionais de relação com a terra, propondo uma reconexão sensível e respeitosa tanto com o território quanto com os corpos que o cultivam.

Ademais, essas práticas fortalecem os vínculos sociais, fomentando redes solidárias que ampliam a cooperação e a solidariedade comunitária, elementos essenciais para a promoção da justiça ambiental (Lisboa Pacheco, 2024). A transformação dos papéis de gênero, ao promover o reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres no campo, contribui para a desconstrução das desigualdades e para o fortalecimento de uma agricultura mais inclusiva e sustentável (Chaves, 2025). Assim, a agroecologia emergente nesse contexto configura-se como um vetor de mudança que integra dimensões sociais, ambientais e políticas, reafirmando a centralidade das mulheres na construção de modos de vida alternativos e emancipatórios no meio rural (Falcao, 2024; FItikawa *et al*., 2024).

Conclusão

O percurso histórico das mulheres camponesas na América Latina e no Brasil é marcado por um persistente apagamento nas narrativas oficiais e no reconhecimento institucional, fruto das estruturas coloniais, patriarcais e capitalistas que definiram o campo como um espaço masculino e economicamente neutro. Essa invisibilização, longe de ser um simples descuido, reforça desigualdades profundas ao desvalorizar o trabalho produtivo e político das mulheres, limitando seu acesso a direitos básicos como a titularidade da terra, crédito e aposentadoria. No entanto, a história dessas mulheres não se reduz a esse silenciamento: ela é simultaneamente uma história de resistência cotidiana e insurgência política.

Através da defesa das sementes crioulas, do cuidado com a agrobiodiversidade e da organização em redes de economia solidária, as mulheres rurais reconstroem os sentidos do trabalho e da existência no campo, subvertendo a lógica mercantilista e produtivista dominante. Como guardiãs do conhecimento ancestral e lideranças em espaços de cooperação autogestionária, elas promovem a autonomia, a justiça ambiental e social, e desafiam a divisão sexual do trabalho, evidenciando que a agroecologia é, antes de tudo, um projeto político, ético e feminista.

Essas práticas e formas de organização coletiva emergem como estratégias concretas de emancipação e reexistência, que recuperam a dignidade e a voz das mulheres rurais frente à contínua violência simbólica e material do agronegócio e do Estado excludente. Reescrever essa história é, portanto, um ato de reparação e justiça, que exige a valorização dos saberes femininos, a incorporação efetiva das mulheres nas políticas públicas e o fortalecimento das redes solidárias e agroecológicas como ferramentas de transformação estrutural.

Somente a partir do reconhecimento pleno desse protagonismo e da luta contra o apagamento histórico será possível construir um futuro rural mais justo, sustentável e igualitário, onde as mulheres não apenas sejam reconhecidas como agentes de produção, mas como sujeitos políticos centrais na disputa por territórios, direitos e modos de vida alternativos. A história das mulheres rurais, então, deixa de ser um silêncio para se tornar um poderoso testemunho de resistência, cuidado e reexistência na América Latina contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Clara. Agroecologia e emancipação das mulheres rurais: práticas e resistências no campo. *Revista Direito e Práxis.* São Paulo: Editora Campo Vivo, 2024. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2024/87740

ALVES JÚNIOR, Almiro; FREITAS, Alair Ferreira; FREITAS, Alan Ferreira; SILVA, Marcio Gomes; MOREIRA, Isabela Renó Jorge. Fé, enxada e dinheiro: a socio gênese do cooperativismo de crédito rural solidário em Minas Gerais - Brasil. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13037

ASSIS, Lucas Lenin Resende; RODRIGUES, Kevya Allana; ROMUALDO, Juliano Batista. Uso de plantas medicinais e aromáticas: Saberes e práticas predominantes em Conselheiro Lafaiete e Queluzito, Minas Gerais, Brasil. *Journal of Environmental Analysis and Progress*. V. 10, n 2, 2025. https://doi.org/10.24221/jeap.10.2.2025.6959.060-070

BARBOSA, Marcela da Silva; MACHADO, Rira de Cássia Fraga; MARINHO, Hemily Pastanas; CASTRO, Zila Silva. Emancipação no coração da amazônia: movimento das mulheres da flona de Tefé–

Amazonas. *Revista Areté| Revista Amazônica de Ensino de Ciências*, v. 22, n. 36, p. e24041-e24041, 2024. https://doi.org/10.59666/Arete.1984-7505.v22.n36.4173

BIDASECA, Karina Andrea; LABA, Vanesa Vázquez. Feminismos y (des) colonialidad. Las voces de las mujeres indígenas del sur. In: BIDASECA, Karina Andrea; LABA, Vanesa Vázquez. *Feminismos y poscolonialidad: Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Godot, p. 1-18, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

CORNILS, Patricia. A rede agroecológica de mulheres do Vale do Ribeira. *Jornal Nexo*, 2025. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/externo/2025/03/20/agricultura-vale-do-ribeira-mulheres-criam-rede-agroecologica. Acesso: 25 jun 2025.

IWASAWA, Nathália. Mulheres resistem e fazem agroecologia no Polo da Borborema. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/04/03/mulheres-resistem-e-fazem-agroecologia-no-polo-da-borborema/. Acesso em: 23 jun 2025.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, p. 3-100, 1999.

CHAVES, Gislaine. Economia solidária e feminismo camponês popular agroecológico: arranjos e rearranjos do grupo de mulheres Biojoias Duá. *Cadernos de Agroecologia*, v. 20, n. 1, 2025.

FALCÃO, Carolina. Uma história (feminista) das mulheres da bíblia: Notas de um campo discursivo de ação sobre articulação, tradução e subversão. Comunicologia - *Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília*, 2024. https://doi.org/10.31501/clogia.v17i1.15483

GUZMÁN, Adriana. *Descolonizar la memoria. Descolonizar los feminismos*. La Paz; Tarpuna Muya, 2019.

ITIKAWA, Luciana F.; MANGABA, Juliana OSM; CARVALHO, Laura M. Construção de uma metodologia participativa de um banco - Biblioteca de mudas e sementes como patrimônio genético e cultural, com a perspectiva decolonial e feminista com agricultoras da zona leste da cidade de São Paulo. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.

LISBOA PACHECO, Maria Emília; PRÉVOST, Héloïse. *As mulheres na economia da existência e os programas institucionais de apoio a elas*. Entrevista realizada por Héloïse Prévost em agosto de 2024. *L'Ordinaire des Amériques*, n. 233, 2024. https://doi.org/10.4000/13cfp

MATHEUS, Andréia Cristina; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de. Estratégias de resistência agroecológica e camponesa das mulheres do Quilombo Campo Grande contra a financeirização agroalimentar. *Revista NERA*, v. 27, n. 4, p. e10425, 2024. https://doi.org/10.47946/rnera.v27i4.10425

OROZCO, Amaia Perez. *Subversión feminista de la economia*. Maquetación y diseño de cubierta: Tra`cantes de Sueños, Edición: Traficantes de Sueños C/ Embajadores, 2014.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PIO, Juliana do Carmo Jesus. O "café feminino": da roça para o mercado exterior e os processos de aprendizagem das mulheres do Grupo Mobi-Poço Fundo-MG. 2020. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/39428. Acesso: 26 jun. 2025.

SANT ANA, Wallace Pereira & LEMOS, Glen Cézar. Metodologia Científica: a pesquisa qualitativa nas visões de Lüdke e André. *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 4(12), 2020. Disponível em: https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1710. Acesso: 23 jun 2025.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa *et al.* Os condenados da terra–Genocídio indígena, impunidade estrutural e os limites da justiça na proteção dos direitos humanos no Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, v. 23, n. 3, p. e9330-e9330, 2025. https://doi.org/10.55905/oelv23n3-109

SANTOS, Glauciane Pereira *et al.* Experiências de gestão de casas de sementes e o lugar dos processos educativos da família às outras inter-relações. *Revista Ouricuri*, v. 14, n. 1, p. 114-133, 2024. https://doi.org/10.59360/ouricuri.vol14.i1.a18431

SILVA, Maria Rita Schmitt; LONGO, Gabriela Rodrigues; IKEDA, Solange Kimie. Enfrentando a Crise Climática no Mato Grosso a Partir das Políticas Públicas de Agroecologia. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 2, 2024.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. Olhares Endógenos: experiências do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). *Plural*, 29(01), 181-185, 2022. https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2022.185508

SOBREIRA, Dayane Nascimento; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Feminismos rurais: debates e diálogos em torno de um conceito. *Mediações*, v. 30, p. e51646, 2025. https://doi.org/10.5433/2176-6665.2025v30e51646

TABORDA, Noeli Welter. Feminismo Camponês Popular: território de luta e resistência no Movimento de Mulheres Camponesas. (*Dissertação*) – Apresentado ao programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/253160. Acesso: 25 jun. 2025.

TAVARES, Beatriz Carvalho; MINUZZO, Daniela; DOS SANTOS, Annah Bárbara Pinheiro. Protagonismo feminino e divisão sexual do trabalho no ambiente rural: Articulação do grupo de mulheres residentes e produtoras de café da comunidade Fazenda Alegria, Caparaó-ES. Raízes: *Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 1, p. 97-113, 2021. https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.696

TEIXEIRA, Marco Antonio. Movimentos sociais populares em tempos de ascensão das novas direitas: a Marcha das Margaridas. *Caderno CRH*, v. 34, p. e021008, 2021. https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.42777

TRENTINI, Flávia; RIBEIRO, Iara Pereira; PASSADOR, Claudia Souza; ZUIN, Luís Fernando Soares; MARQUES, Taffarel Pereira; ALVES, Paola Lourdeiro. *Diálogos para o direito e cidadania no campo*. São Carlos: Pedro & João Editores, p .135, 2021.